



EDS.

Angel Espina Bárrio
Célia Regina de Bortoli
Luiz Nilton Corrêa

PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE EM IBERO-AMÉRICA



VNIVERSIDAD
B SALAMANCA



INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SANTA CATARINA
FUNDADO EM 07 DE SETEMBRO DE 1896



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES
ANTROPOLÓGICAS DE CASTILLA Y LEÓN
IITACY

CVM LAVDE®



PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE EM IBERO-AMÉRICA

EDS.

ANGEL ESPINA BARRIO

CÉLIA REGINA DE BORTOLI

LUIZ NILTON CORRÊA

Editores

Angel Espina Barrio
Célia Regina de Bortoli
Luiz Nilton Corrêa

Capa

Imagem da capa desenvolvida com base no Logotipo do XXVIII Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-américa: Patrimônio, Cultura e Identidade e do I Congresso Internacional de Patrimônio e Paisagem Cultural: Conhecer para Pertencer, realizado em Salto Veloso no ano de 2024.
Créditos: Room Propaganda

ISBN 978-65-984937-5-2

Este livro coletivo, realizado sem ânimo de lucro, como resultado de investigações e objetivos acadêmicos, é compartilhado de modo totalmente gratuito, informados e respeitados os direitos de todos os autores.
Os estilos de redação e normas acadêmicas dos textos em espanhol e português são distintos. O critério foi manter essa diversidade, de acordo com o que preferem os autores.
Ficou a cargo dos autores a revisão de seu artigo.

MAIO 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Patrimônio, cultura e identidade em Ibero-América
[livro eletrônico] / eds Angel Espina Bário,
Célia Regina de Bortolli, Luiz Nilton Corrêa.
-- 1. ed. -- Salto Veloso, SC : Cum Laude,
2025.
PDF

ISBN 978-65-984937-5-2

1. Antropologia social 2. Cultura e sociedade
3. Identidade cultural 4. Patrimônio histórico.
I. Bário, Angel Espina. II. Bortolli, Célia Regina
de. III. Corrêa, Luiz Nilton.

25-268829

CDD-363.6909

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio histórico e cultural : Memória e
preservação : História 363.6909

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SUMÁRIO

- 10** **APRESENTAÇÃO**
CONGRESSO INTERNACIONAL EM SALTO VELOSO – SANTA CATARINA
Célia Regina de Bortoli

TEORIA ANTROPOLÓGICA

- 13** **AMAZÔNIA, CONCEITO POLISSÊMICO**
Luis E. Aragón
Universidade Federal do Pará

- 28** **A SOBRECULTURALIDADE E SONHOS POSSÍVEIS: RELATO SOBRE O CASO XAKRIABÁ DO IFGOIANO DO CAMPUS DE URUTAI-GO**
Daniel Valério Martins
Universidad de Salamanca, Universidade Federal da Grande Dourados Instituto Federal Goiano
Ruan Rocha Mesquita
Grupo Salamanca de Investigación en Antropología Indigenista y Educación Intercultural

- 36** **A ANTROPOLOGIA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**
Rodrigo Luiz Simas de Aguiar
Universidade Federal da Grande Dourados

- 44** **O MÉTODO DA ANÁLISE FORMAL PARA O ESTUDO DA OBRA DE ARTE CLÁSSICA NA HISTÓRIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS E ESPECIALISTAS DA ÁREA.**
Leila Regina Pereira dos Santos
Universidad Pablo de Olavide, Sevilla

HISTÓRIA CULTURAL

55 PLANTAS Y SUS USOS RITUALES EN LA ÉPOCA PREHISPÁNICA

Maria Montserrat Camacho Ángeles

Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo

65 A ASCENSÃO DOS MILITARES NA POLÍTICA: DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO E OS REFLEXOS DESTE MOVIMENTO NA FORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA NESTE PERÍODO – A GUERRA DO CONTESTADO

Rosa Beatriz Madruga Pinheiro

Universidade do Sul de Santa Catarina

84 ACERVO DOCUMENTAL PARA ESTUDOS DE FRONTEIRA: GUERRA DO PARAGUAI

Ney Iared Reynaldo

Universidade Federal de Rondonópolis

102 UMA PILHA DE ENTULHOS, ASSIM SÃO TRATADOS OS BENS PATRIMONIAIS E OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA REGIÃO DA GUERRA DO CONTESTADO CATARINENSE: UMA LEITURA DE TAIS OBLITERAÇÕES A PARTIR DA GEOGRAFIA CULTURAL

Nilson Cesar Fraga

Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Rondônia

PATRIMÔNIO TANGÍVEL E ARQUITETURA

125 **PATRIMÔNIO RELIGIOSO: IDENTIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE IGREJAS EM MADEIRA NA MICRORREGIÃO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**

Suélen Cristina Mazzardo

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Yasmin Jacques

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Tamara de Mello Banfi

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Débora Tumelero

Universidade do Oeste de Santa Catarina

146 **PIEDADE: UMA ARMAÇÃO GANCHEIRA**

William Wollinger Brenuvida

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

160 **SARILHOS DA LAGOA DE IBIRAQUERA: UMA PAISAGEM SINGULAR**

Cláudia Aparecida de Souza Ferreira

Universidade dos Estado de Santa Catarina

Sergio Torres Moraes

Universidade Federal de Santa Catarina

174 **ARQUITETURA EM MADEIRA NA REGIÃO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA: O CASO DE IOMERÊ**

Zanchett, Kássia Lima

Universidade Federal de Santa Catarina

192 **UMA NARRATIVA VISUAL DA ARQUITETURA EM MADEIRA DE SALTO VELOSO/SC.**

Marciano Victor Biava

Universidade do Estado de Santa Catarina

PATRIMÔNIO CULTURAL

- 207** **PELZNICKEL DE GUABIRUBA: A TRADIÇÃO COMO OBJETO DE PESQUISA E AS RELAÇÕES SOCIAIS**
Elivelton Reichert
Universidade Regional de Blumenau
Tatiane Mendes da Rocha
Universidade Regional de Blumenau
- 226** **PATRIMÔNIO, IMIGRAÇÃO E OS VESTÍGIOS DO PASSADO AÇORIANO: RENDAS E RENDEIRAS DA LAGOA DA CONCEIÇÃO EM FLORIANÓPOLIS, SC**
Elis Regina Barbosa Angelo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- 242** **TRUPÊS SAPATEADOS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO BRASIL**
Ana Beatriz M. Mattar
Universidade Federal de Pelotas
- 256** **ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA E A PESCA ARTESANAL DA TAINHA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DOS SABERES TRADICIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.**
Luís Paulo Arena Alves
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

IDENTIDADE CULTURAL

- 270** **EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PERTENCIMENTO NO CONTESTADO**
Eduardo do Nascimento Karasinski
Universidade do Estado de Santa Catarina
- 290** **CULTURA E IDENTIDADE SIMBÓLICAS: A INQUISIÇÃO E A ALEGORIA DA CRUZ**
Geraldo Pieroni
Universidade Tuiuti do Paraná
Alexandre Martins
Centro Universitário Santa Cruz
- 303** **UCRANIANOS DE SANTA CATARINA: PRESERVANDO A MEMÓRIA DE QUEM DEU ORIGEM A NOSSA HISTÓRIA**
Ana Clara Arendartchuk Savicki
Associação Ucraniana Cat

APRESENTAÇÃO

Congresso Internacional em Salto Veloso – Santa Catarina

Realizar o XXVIII Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-américa: Patrimônio, Cultura e Identidade e o I Congresso Internacional de Patrimônio e Paisagem Cultural: Conhecer para Pertencer em Salto Veloso, em um município de 4.390 habitantes, localizado no Meio Oeste do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, foi um desafio encarado não só por mim, mas por diversos agentes e instituições, de forma colaborativa, responsável e criativa perante as limitações encontradas. Em 2024, o I Congresso Internacional de Patrimônio e Paisagem Cultural: Conhecer para Pertencer em Salto Veloso, teve a honra de ser apadrinhado pelo renomado Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-américa (CIAI), evento coorganizado pela Universidade de Salamanca – USAL da Espanha, representado pelo antropólogo social, pesquisador e professor Ángel-B. Espina Barrio. Juntos, nós promovemos o Patrimônio Cultural Material, Imaterial e a Paisagem Cultural por meio de debates que estimularam a reflexão crítica, a participação comunitária e o diálogo interdisciplinar frente aos desafios contemporâneos.

A escolha de Salto Veloso como sede da 27ª edição do Congresso está intrinsecamente ligada ao processo de salvaguarda do Moinho Velosense, edificação construída em 1949 artesanalmente em madeira de araucária e equipado com um sistema de moagem tradicional. Imóvel tombado e reconhecido como Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina em 2021 após décadas de esforços coletivos, atualmente seu projeto de restauração e requalificação está em fase de captação de recursos. O moinho simboliza a história, afetos e memórias locais – um legado que ganhou projeção internacional durante o XXVII CIAI em Leiria (Portugal), onde apresentei a comunicação *"Requalificação do Patrimônio Cultural (I)Material do Moinho Velosense"* no ano de 2023.

O processo de salvaguarda do Moinho e em posterior, a realização do congresso, demonstram o interesse de diferentes agentes no processo de proteção de um bem com valor cultural e também comprovam os impactos positivos da identificação da comunidade junto a uma obra de arquitetura. Cada instituição que se envolveu nesta trajetória, com um ou mais agentes que se dedicaram a nos orientar, dentre eles destaco aqui Luiz Nilton Correa que em 2019 era Gerente de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura e nos guiou durante o processo de solicitação para o tombamento e permaneceu em contato, acompanhando cada etapa, até se tornar mentor e interlocutor com a Universidade de Salamanca para a realização do CIAI em Salto Veloso.

O XXVIII CIAI demonstrou que é possível promover a descentralização e democratização do debate das políticas de proteção patrimonial, pois contou com a presença de 106 palestrantes organizados em 35 mesas temáticas, um total de 450 inscritos do Brasil, Portugal, Espanha, México e Colômbia e. A vinda destes visitantes despertou uma das características mais afetivas de nós velosenses, a receptividade. Nossa cidade, não possui hotel, mas organizamos moradias solidárias e providenciamos o traslado às hospedagens localizadas nas cidades vizinhas. Nestes três dias de congresso demonstramos por meio da arte e da culinária a nossa diversidade cultural, destacando as culturas cabocla, gaúcha e

italiana que puderam ser experienciadas nas apresentações artísticas e nas refeições.

Salto Veloso se tornou palco para experimentações. Pautamos as nossas identidades como um objeto de estudo e cada mesa temática aprofundou cada parte de nossa cultura. Destaco aqui o indigenismo, a cultura cabocla do Contestado e a imigração. As mesas eram compostas por três integrantes e um moderador, onde discutimos sobre etnografia e arqueologia, dança e literatura, turismo e economia, restauração e conservação, entre outros assuntos.

Além das apresentações das mesas temáticas, foi realizada a exibição e debate do documentário “A Luta da Erva” da diretora Márcia Paraíso; roda de conversa com o arquiteto Marcelo Ferraz junto a estudantes de arquitetura e urbanismo; passeio no município de Iomêre/SC para visitar construções dos anos 40 com valor arquitetônico relevante; e visitas a três imóveis que despertaram a curiosidade do público a partir das apresentações de projetos locais de valorização do patrimônio cultural: Casa Nona Biêta na Linha Alto Veloso, Igreja Santa Terezinha na Linha Consulta, o Moinho Velosense e a cachoeira do Salto, no centro de Salto Veloso.

A programação paralela também promoveu a vinda dos conselheiros estaduais de cultura, que realizaram reunião no município de Arroio Trinta. Também aconteceu um encontro direcionado aos gestores municipais de cultura de Santa Catarina, com a participação do coordenador do escritório do Ministério da Cultura em Santa Catarina, Alexandre Gouveia Martins, a Deputada Estadual Luciane Carminatti, presidente da Comissão de Educação e Cultura da ALESC e o coordenador do Comitê de Cultura de Santa Catarina, o produtor cultural Nelson Motta e o presidente do CONGESC/FECAM o gestor André Cristiano Siewert.

Gostaria agradecer a Lilian Fontanari, museóloga da Museu e Cia Assessoria Museológica e Cultural Ltda, que já atua em projetos culturais em Salto Veloso e foi a proponente deste evento no Programa de Incentivo à Cultura – PIC da Fundação Catarinense de Cultura/Governo do Estado de Santa Catarina e captou parte dos recursos através do patrocínio das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC e organizadora do evento.

A realização do CIAI também dependeu da anuência e comprometimento do Poder Executivo de Salto Veloso, agradeço o empenho de todas as secretarias e servidores, sem os quais não seria possível realizar um evento deste porte. Importante agradecer às associações culturais, voluntários, patrocinadores e prestadores de serviço que contribuíram durante todo o processo. Agradeço à Universidade do Meio Oeste Catarinense – UNOESC, que foi parceira do evento, tendo como representante o professor e arquiteto Jeferson Eduardo Suckow, coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do campus de Videira – SC.

Por fim, registramos nosso profundo agradecimento a todos os palestrantes que generosamente compartilharam seus artigos e conhecimentos, enriquecendo este livro e consolidando o diálogo sobre patrimônio e cultura. Àqueles que nos honraram com sua presença ou contribuição, nosso reconhecimento pela dedicação que tornou este evento possível. Que esta obra inspire novas reflexões e ações em defesa do patrimônio cultural ibero-americano. Boa leitura!

Célia Regina De Bortoli
Organizadora Local do XXVIII CIAI



TEORIA ANTROPOLÓGICA

AMAZÔNIA, CONCEITO POLISSÊMICO

Luis E. Aragón¹

RESUMO: Busca-se discutir resumidamente, na base de uma revisão bibliográfica, o surgimento do conceito de Amazônia e seus múltiplos significados, e a necessidade de redefinir a região conforme sua própria realidade; expõe-se como surgiu o nome Amazônia inventado pelo imaginário europeu ao chegar ao novo mundo; analisa-se a Amazônia, como região conforme os critérios hidrográfico, ecológico e político-administrativo; e discute-se a Amazônia como marca global e suas implicações para o desenvolvimento da região. Conclui-se enfatizando a necessidade de considerar as características próprias da região para resolver seus problemas e desafios de desenvolvimento sem comprometer a soberania dos países que a compartilham.

PALAVRAS-CHAVE: Região Amazônica, Bacia Amazônica, Floresta Amazônica, Rio Amazonas, Marca Amazônia, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: The aim is to briefly discuss, based on a bibliographical review, the emergence of the concept of Amazonia and its multiple meanings, and the need to redefine the region according to its own reality; it explains how the name Amazonia came about, invented by the European imagination when arriving in the new world; the Amazon is analyzed as a region according to hydrographic, ecological and political-administrative criteria; and the Amazon is discussed as a global brand and its implications for the region's development. It concludes by emphasizing the need to consider the region's specific characteristics to resolve its problems and development challenges without compromising the sovereignty of the countries that share it.

KEYWORDS: Amazon Region, Amazon Basin, Amazon Forest, Amazon River, Amazon Brand, Sustainable Development.

RESUMEN: El objetivo es discutir brevemente, a partir de una revisión bibliográfica, el surgimiento del concepto de Amazonia y sus múltiples significados, y la necesidad de redefinir la región según su propia realidad; se explica cómo surgió el nombre Amazonia, inventado por la imaginación europea al llegar al nuevo mundo; se analiza la Amazonia como región según criterios hidrográficos, ecológicos y político-administrativos; y se discute la Amazonia como marca global y sus implicaciones para el desarrollo de la región. Se concluye enfatizando la necesidad de considerar las características específicas de la región para resolver sus problemas y desafíos de desarrollo sin comprometer la soberanía de los países que la comparten.

PALABRAS CLAVE: Región Amazónica, Cuenca Amazónica, Selva Amazónica, Río Amazonas, Marca Amazonia, Desarrollo Sostenible.

¹ Professor titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). É Ph.D. em Geografia pela Michigan State University com pós-doutorados em Estudos Populacionais na Brown University (USA) e Estudos Latino-Americanos na Universidade de Estocolmo (Suécia). Tem sido professor/pesquisador visitante na Universidade de Swansea (País de Gales), na Faculdade de Ciências Sociais (FLACSO/Equador), na Universidade de Coimbra (Portugal), na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e na Universidade Nacional da Colômbia. Foi diretor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA e atualmente coordena a Cátedra Unesco de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. Bolsista de produtividade do CNPq. CV completo em: <http://lattes.cnpq.br/2713210031909963>. E-mail: luis.ed.aragon@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Busca-se aqui discutir resumidamente, na base de uma revisão bibliográfica, o surgimento do conceito de Amazônia e seus múltiplos significados, e a necessidade de redefinir a região conforme sua própria realidade. Expõe-se como surgiu o nome Amazônia, inventado pelo imaginário europeu ao chegar ao novo mundo; analisa-se a Amazônia como região conforme os critérios hidrográfico, ecológico e político-administrativo e suas implicações na definição da sua superfície e diversidade de paisagens; e discute-se a Amazônia como marca global e suas implicações para o desenvolvimento da região.

Conclui-se enfatizando a necessidade de considerar as características próprias da região para resolver seus problemas e desafios de desenvolvimento sem comprometer a soberania dos países que compartilham a região.

NOME AMAZÔNIA

Do mesmo modo que muitos nomes inventados para denominar o continente americano e sua gente, o nome Amazônia também surgiu do imaginário europeu quando se deram os primeiros contatos com estas novas terras. Era o fim da Idade Média e ainda dominavam as mentes dos conquistadores mitos e lendas que faziam que vissem o que gostariam de ver ao encontrar novas paisagens e gentes em local considerado por muitos ainda como terra incógnita. Como afirma Rojas Mix (1991), em seu interessante estudo sobre os diversos nomes da América inventados pelos europeus para designar o continente e sua gente, Cristóvão Colombo ao denominar aos novos povos como índios, ao imaginar ter chegado à Índia, criou o primeiro problema de identidade do novo mundo; seus habitantes passaram a ser designados somente como índios, ou no máximo como índios da Tribo tal, e com uma conotação de inferioridade; mito que se alastra até hoje em diversos meios.

Perante a imponente floresta, buscava-se o Paraíso, o Eden bíblico, ou Eldorado de imensas riquezas. Gaspar de Carvajal, frade dominicano, cronista da expedição do conquistador espanhol Francisco de Orellana em 1541/1542, partindo do rio Coca no atual Equador até a foz do Amazonas no oceano Atlântico², imaginou ter encontrado as Amazonas, mulheres guerreiras da mitologia grega, entre os povos habitantes nas ribeiras do grande rio. O trajeto percorrido por Carvajal tem sido identificado³, mas a descrição das supostas Amazonas como verdadeiras mulheres míticas, só poderia existir na sua imaginação, o que tem questionado a veracidade de seu relato⁴. Segundo Carvajal:

² Conforme Melo-Leitão (1941, p. 6): “E ao findar o ano de 1540, quando Pizarro resolveu mandar a Orellana pelo rio Coca abaixo, em busca de comida, com os enfermos, seguiram no mesmo bergantim Carvajal e um seu irmão de hábito. Foi ele companheiro de Orellana em toda essa épica descida do Amazonas, duas vezes alcançado pelas setas dos indígenas, em uma das quais veio a perder um olho.” Consultar também versão em espanhol em Toribio Medina (1894, p. xix).

³ A obra de Toribio Medina (1894) tem sido fundamental para identificar o trajeto percorrido por Carvajal. O relato de Carvajal e de outros dois cronistas espanhóis que também se referem ao descobrimento do rio das Amazonas foram traduzidos por Melo-Leitão e publicadas em 1941. Essas duas obras estão disponíveis na internet.

⁴ Conforme Melo-Leitão (1941, p. 68) referindo-se à transcrição de diálogo de Orellana com um índio descrevendo as Amazonas: “Foi esta narração do índio, que Carvajal procurou transcrever com fidelidade, o motivo principal das censuras de muitos historiadores a Orellana, todos repetindo quase sempre, embora noutras palavras, o que pouco depois do sucedido escreveu Lopez de Gomara: ‘Entre os disparates que disse, o maior foi afirmar que havia Amazonas neste rio, com as quais lutaram ele e os seus companheiros. Que as mulheres ali andem com armas e pelejem não é muito pois em Paria, que não é muito longe, e em outras partes das Índias, era esse o seu costume. Nem creio que nenhuma mulher queime e corte a mama direita para atirar com o arco, pois com ela o fazem á maravilha, nem creio que matem ou desterrem seus

Ouiero que sepan cuál fué la cabsa por qué estos indios se defendían de tal manera. Han de saber que ellos son subjectos y tributarios á las amazonas, y sabida nuestra venida, vanles á pedir socorro y vinieron hasta diez ó doce, que éstas vimos nosotros, que andaban peleando delante de todos los indios como capitanas, y peleaban ellas tan animosamente que los indios no osaban volver las espaldas, y al que las volvía delante de nosotros le mataban á palos, y esta es la cabsa por donde los indios se defendían tanto. Estas mujeres son muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revuelto á la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus vergüenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios; y en verdad que hubo mujer de éstas que metió un palmo de flecha por uno de los bergantines, y otras que menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín (Carvajal, 1894, p. 59-60)⁵.

A partir dos relatos de Carvajal, portanto, o grande rio passou a ser conhecido como o rio das Amazonas, ou simplesmente como rio Amazonas, de onde se derivou a palavra Amazônia com uma conotação regional. Amazônia é, pois, um vocábulo inventado desde fora, fruto do imaginário europeu, que passa a existir somente após da viagem de Orellana.

Essa visão externa da Amazônia, tem gerado diversas interpretações que perduram ao longo do tempo (Gondim, 1994). Os relatos de cronistas, naturalistas e viajantes de toda ordem alimentaram a visão exótica da Amazônia construída mais em base de mitos que na realidade, mitos que certamente influenciaram e ainda influenciam a sua concepção e desenvolvimento. Hecht e Cockburn (2022, p. 38) concluem:

[...] as projeções míticas e as fantasias dos exploradores, saqueadores, missionários, construtores de impérios, naturalistas, românticos e transcendentalistas, impuseram sobre a Amazônia preconceitos que pagaram um alto preço: a recusa em permitir que a Amazônia contasse sua própria história.

próprios filhos, nem que vivam sem marido, sendo luxuriosíssimas. Outros, além de Orellana, deram curso a semelhante fantasia depois que se descobriram as Índias, e nunca tal se viu nem tão pouco se verá neste rio”. Versão em espanhol em Toribio Medina (1894, p. xxxv-xxxvi), que agrega: “*Con este testimonio, pues, escriben y llaman muchos Río de las Amazonas, y se juntaron tantos para ir allá.*” (Toribio Medina, 1894, p. xxxvi).

⁵ Tradução: “Hão de saber que eles são súditos e tributários das amazonas, e conhecida a nossa vinda, foram pedir-lhes socorro e vieram dez ou doze. A estas nós as vimos, que andavam combatendo diante de todos os índios como capitãs, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam mostrar as espáduas, e ao que fugia diante de nós, o matavam a pauladas. Eis a razão por que os índios tanto se defendiam. Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porco espinho.” (Carvajal, 1941, p. 60-61). Sobre a tradução da obra de Gaspar de Carvajal, consultar Cesco e Bezerra (2021).

Contudo, uma concepção da Amazônia, forjada de dentro para fora, se fortalece, especialmente a partir da segunda metade do século 20, na medida em que avançam o conhecimento científico de sua natureza e sociedade, o descobrimento de seu grande potencial econômico, e o reconhecimento do importante papel da região na regulação do clima em nível global, entre outros acontecimentos.

O ciclo da economia da borracha (1850-1920), impulsionado principalmente pela indústria automobilística estrangeira, aguçou a visibilidade mundial da Amazônia, mas não gerou forças econômicas capazes de alavancar o desenvolvimento regional nem conseguiu alterar a concepção fantasiosa da Amazônia (Weinstein, 1993). Não obstante, uma série de eventos em nível global reforçaram a necessidade de conceber a Amazônia desde outra perspectiva à tradicional, entre os quais se destacam: 1) a publicação em 1972 do relatório do Clube de Roma, *Os Limites do Crescimento* (Meadows, *et. al.*, 1972), questionando o crescimento econômico às custas do esgotamento dos recursos naturais, 2) a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972, que revolucionou o conceito de meio ambiente ao incluir o homem como parte integrante do mesmo e fazendo-o responsável pela sua preservação ou destruição, 3) a Conferência Mundial das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Rio de Janeiro de 1992, que propalou em nível global o conceito de desenvolvimento sustentável, 4) a formulação em 2015 pelas Nações Unidas dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas a serem cumpridas até 2030, fazendo “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2024), 5) a realização, a partir de 1995, da Conferência das Partes (COP), principal órgão da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com o propósito de revisar regularmente e tomar as medidas necessárias para assegurar a efetiva execução da Convenção e de quaisquer instrumentos legais adotados na COP (MMA, 2024). Efetivamente, nestes quase 30 anos de realização das COP e os acordos alcançados, têm sido fundamentais para reforçar a luta contra o aquecimento global e pela preservação das florestas tropicais, entre outros efeitos. A COP30 será realizada pela primeira vez no Brasil, em Belém do Pará, em novembro de 2025. O governo brasileiro defendeu Belém como sede da COP30, argumentando que a Amazônia era vista pelo mundo como uma importante área para o equilíbrio do planeta e que era necessário mostrar sua realidade desde a própria Amazônia.

Todos esses movimentos têm fortalecido a necessidade de definir a Amazônia desde sua própria realidade. Conforme Armando Mendes ao se referir à Amazônia brasileira, mas que é válido para a região toda:

O enigma amazônico é a resultante final da perplexidade da Nação perante a região imensa e da indefinição dos rumos a tomar para extrair dela a enorme riqueza que promete. Assenta suas raízes no próprio choque sentido pelo descobridor, conquistador e colonizador, cujas reações têm oscilado entre o deslumbramento e a descrença mais agudas, levando-o a caracterizá-la, ora como o "celeiro do mundo", ora como o "Inferno Verde". O enigma amazônico assume, porém,

características próprias, na medida em que se consegue avançar no conhecimento científico de sua realidade e na descoberta tecnológica de suas potencialidades. O enigma amazônico é, além disso, a expressão da compreensão que o resto do país tem ou pode adquirir a respeito do que pode ser feito por ele **a favor** da região, ou **pela região** a favor do país, ou, de alguma forma combinada, as duas coisas. O enigma amazônico é também, o produto da concepção que vier a ser adotada da importância do homem como sujeito de ação política, antes que como objeto desta. As três faces do enigma amazônico têm, assim, a ver com a **individualidade** regional, a **função nacional** da região e a **filosofia social** que definirá esta função (destaques no original) (Mendes, 1974, p. 19).

E é isso o que se busca atualmente, definir a Amazônia desde suas próprias características. Nesse sentido, a Amazônia alcançou os mais elevados debates globais sobre os dilemas da sobrevivência da espécie humana, e nesse contexto, o vocábulo Amazônia está, hoje, carregado de múltiplos significados, convertendo-se num conceito polissêmico conforme os interesses, conhecimentos e percepções de quem o usa. Fala-se, inclusive, portanto, de Amazonasias, no plural (Gonçalves, 2001). Certamente Amazônia significa diferentemente para os povos autóctones, para o colonizador, para o planejador, para o cineasta, e até para o cientista, entre outros.

AMAZÔNIA COMO REGIÃO

Pergunta-se, o que se entende hoje como região amazônica? Ou seja, um espaço geográfico com características próprias, “seja com relação à integração entre sociedade e natureza ou entre urbano e rural” (Haesbert, 2007, p. 38). Nesse sentido, Aragón (2013, p. 30) argumenta que:

Diversos esforços têm sido realizados para definir fisicamente a Amazônia, mas está longe de se chegar a um consenso. De certa forma tal definição passou a depender do que se quer fazer com uma determinada definição; isto é, a definição passou a depender de sua utilidade, e talvez nunca se chegue a uma definição única.

Igualmente Salazar Cardona e Riaño Umbarilla (2016, p. 12) aprofundam o debate, concluindo que:

As expressões Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônica, ou Grande Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral, esses termos referem-se à maior selva tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul; à bacia hidrográfica do rio Amazonas; às nações que têm territórios nessas grandes regiões; aos Estados que promovem o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através de ações conjuntas para preservar o meio

ambiente e o uso racional dos recursos naturais; aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a alocação de incentivos fiscais em territórios determinados; aos povos que a habitam, e a sua fauna terrestre e aquática. Esses conceitos têm a dificuldade de que não se podem traduzir facilmente numa cartografia única, porque se referem a espaços diferentes cujos limites não necessariamente coincidem. A Amazônia, como entidade unificada, só pode existir como um amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem várias Amazônias as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente.

Para o PNUMA/OTCA (2008), três são os critérios mais utilizados para definir fisicamente a Amazônia como um todo: O critério hidrográfico, o critério ecológico ou biogeográfico, e o critério político-administrativo ou legal. E naturalmente a delimitação e superfície diferem conforme o critério utilizado (Tabela 1).

Tabela 1 - Superfície da Amazônia segundo três critérios

País	Superfície do país (km²)	Superfície da Amazônia (km²)								
		Critério hidrográfico			Critério ecológico ou biogeográfico			Critério político- administrativo ou legal		
		Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8.514.876	3.869.953	45,4	63,3	4.196.943	49,3	60,7	5.034.740	59,1	67,1
Bolívia	1.098.581	724.000	65,9	11,8	567.303	51,6	8,2	724.000	65,9	9,7
Peru	1.285.216	967.176	75,2	15,8	782.786	60,9	11,3	651.440	50,7	8,7
Equador	283.561	146.688	51,7	2,4	76.761	27,1	1,1	115.613	40,8	1,5
Colômbia	1.141.748	345.293	30,2	5,6	452.572	39,6	6,6	477.274	41,8	6,4
Venezuela	916.445	53.000	5,8	0,9	391.296	42,7	5,7	53.000	5,8	0,7
Guiana	214.960	12.224	5,7	0,2	214.960	100,0	3,1	214.960	100,0	2,9
Suriname	142.800	-	-	-	142.800	100,0	2,1	142.800	100,0	1,9
Guiana Fr*	84.000	-	-	-	84.000	100,0	1,2	84.000	100,0	1,1
TOTAL	13.598.187	6.118.334	45,0	100,0	6.909.421	50,8	100,0	7.497.827	55,1	100,0

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41). Com adaptações do autor.

*Refere-se somente ao território da Guiana Francesa, e não ao território da França. Esse território é excluído nas estimativas do PNUMA/OTCA (2008).

O critério *hidrográfico* abarca a área constituída pela bacia do rio Amazonas e todos seus mais de 1.000 tributários, ou *bacia amazônica* (PNUMA/OTCA, 2008). Não há consenso sobre a superfície da bacia amazônica⁶. Segundo o estudo do PNUMA/OTCA (2008) a superfície da bacia amazônica seria de 6.118.334 km², variando proporcionalmente da superfície de país para país, mas Brasil abarcando mais de 60% de toda a bacia.

Até o lugar exato da nascente do rio Amazonas ainda é controverso, o qual tem sido objeto de diversos estudos e expedições científicas⁷. Tratando pôr fim à

⁶ A CDEA (1992) estima a superfície da bacia amazônica em 7.350. 621 km², Salazar Cardona e Riaño Umbarilla (2016) em 7.352.112 km², Novoa (1997) em 7.165.281 km² e Dominguez (1987) em 6.869.344 km², e há ainda outras estimativas.

⁷ A nascente do maior rio do mundo “tem sido surpreendentemente difícil de determinar. Exploradores e cientistas têm discutido sobre onde localizar o início do rio Amazonas desde pelo menos meados de 1600” (Lee, 2014, p.1). E Janský, *et. al.*, (2011, p. 149) concluem que uma “fonte única e singular do rio Amazonas ainda não pode ser inequivocamente identificada.” Contudo, concorda-se que o rio Amazonas se origina nos Andes peruanos, mas a localização exata de seu lugar de nascimento varia de autor para autor. Segundo Janský, *et. al.*, (2011) entre os lugares de origem identificados ao longo da historia incluem-se: Laguna Vilafro, Cerro Huagra, rio Monigote, Nevado Minaspata, Nevado Mismi, rio Carhuasanta, rio Huarajo, Nevado Choquecorao, Nevado Quehuisha, rio Apacheta, Nevado Mismi, rio Carhuasanta, rio Lloqueta,

controvérsia, Janský, *et. al.*, (2011), após revisão bibliográfica, expedições científicas, e comparação de dados de diversa natureza, elaboraram um estudo, concluindo que:

A nascente do maior rio do mundo fascina cientistas e aventureiros há muito tempo. Extensos estudos foram realizados no inexplorado vale do rio Lloqueta, na Cordilheira Chila, para identificar a corrente principal do rio Amazonas. A análise da rede do rio Lloqueta e as medições de suas características hidrográficas e hidrométricas são apresentadas neste estudo. Com base nos dados adquiridos, a encosta norte do maciço da Cordilheira de Chila, concretamente as bacias de quatro cursos montanhosos – os rios Carhuasanta, Apacheta, Ccaccansa e Sillanque – deveria ser considerada como o território das cabeceiras do rio Amazonas (Janský, *et. al.*, 2011, p. 138).

Dessa forma, segundo PNUMA/OTCA (2008), a bacia amazônica constitui-se na maior da Terra, e o rio Amazonas no mais extenso⁸ do planeta com 6.992,06 km, e o de maior vazão, com 220.000 m³ por segundo de água, em média, vertida no Oceano, o que representa aproximadamente 20% de toda a água doce que flui dos continentes para os oceanos. E ademais, é estimado que 4.36x10⁸ toneladas por ano de sedimentos suspensos são despejados pelo Amazonas no Oceano (Fagundes, *et. al.*, 2020), os quais são dispersos ao longo da costa até o delta do Orinoco e o mar Caribe (Nitttrouer, *et. al.*, 2021), fatores esses que afetam a formação dos ecossistemas costeiros da Amazônia.

Conforme o critério hidrográfico, portanto, não fariam parte da Amazônia o Suriname nem a Guiana Francesa por não integrarem a bacia amazônica, já que seus rios desembocam diretamente no oceano Atlântico; e só uma pequena parte da Guiana faria parte constituída pela bacia do rio Takutu que desemboca num tributário do rio Amazonas (Bernard, 2005). Por outro lado, grandes extensões do cerrado brasileiro e das altas montanhas nevadas dos Andes seriam consideradas amazônicas por integrarem a bacia do grande rio.

Já tomando como base o critério *ecológico ou biogeográfico*, as partes altas dos Andes e o cerrado brasileiro não fariam parte da Amazônia, mas ampliaria a região mais ao Norte, incorporando todo o território das Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa), e partes maiores da Colômbia e Venezuela. Esse critério refere-se a extensão coberta pela floresta tropical úmida Sul-Americana ao leste dos Andes (PNUMA/OTCA, 2008). Mas tampouco neste caso há consenso sobre sua extensão⁹. O estudo do PNUMA/OTCA (2008) estima a superfície da Amazônia conforme este critério em 6.825.421 km², mas exclui dessa estimativa a área da Guiana Francesa, por ser um departamento francês que não faz parte do Tratado de Cooperação Amazônica, mas que a rigor também é coberta pela

Cordilheira Chila, cabeceiras dos rios Carhuasanta, Ccaccansa, Apacheta e Sillanque. Também são mencionados pela literatura o rio Apurímac, o rio Mantaro e outros.

⁸ A extensão do rio Amazonas varia entre autores. Atualmente uma das mais citadas, inclusive pelo estudo do PNUMA/OTCA (2008), é de 6.992,06 km, 140 km mais extensa que a do rio Nilo, considerado até faz pouco tempo como o mais extenso da Terra (INPE, 2008).

⁹ Há outras estimativas da área coberta pela floresta amazônica incluindo 5.897.795 km² (Dominguez, 1987) e 6. 989.004 km² (Salazar Cardona e Riaño Umbarilla (2016).

floresta amazônica, o que elevaria a estimativa para 6.900.421 km² (Aragón, 2013). Inclusive é uma extensão que pode variar conforme a altitude considerada limite da selva tropical úmida; e, também, ao longo do tempo, conforme avança o desmatamento.

Comparando as áreas da Amazônia conforme os critérios hidrográfico e ecológico, conforme a Tabela 1, notam-se diferenças importantes. A mais notória é o caso das Guianas cujos territórios passam a ser totalmente amazônicos pelo critério ecológico. Na Bolívia, no Equador e no Peru, a bacia amazônica é consideravelmente mais extensa que a área coberta pela floresta tropical, enquanto na Colômbia, na Venezuela e no Brasil, a área coberta pela floresta tropical é mais extensa que aquela da bacia amazônica. Contudo, proporcionalmente, as áreas pertencentes a cada país se mantêm, com o Brasil dominando mais de 60% de toda a região (Aragón, 2013).

Um terceiro critério comumente utilizado para definir a Amazônia é o *Político-Administrativo ou Legal*.

Esse critério tornou-se necessário para fins estatísticos e de implantação de políticas públicas na Amazônia. Todos os países contemplam delimitações da sua própria Amazônia definidas conforme divisões administrativas, a fim de intervir com projetos e outras ações públicas, e produzir estatísticas oficiais referentes à sua Amazônia. E noutros casos, como no Brasil, uma lei define a região, a Amazônia Legal. Essas áreas de intervenção não necessariamente coincidem com definições conforme outros critérios, e em muitos casos deixam de fora áreas consideradas fisicamente amazônicas; ou incluem áreas que pouco ou nada têm a ver com a bacia ou a floresta amazônica. Conforme o estudo do PNUMA/OTCA (2008, p. 38), a Amazônia definida administrativa ou legalmente, “refere-se à área compreendida pelos limites político-administrativos de diferente hierarquia estabelecidos para cada país e definidos como parte de sua Amazônia”. Ou, então, como no caso brasileiro, uma área de planejamento definida conforme a Lei 1.806 de 6.01.1953 e leis complementares, conhecida como Amazônia Legal (Oliveira Júnior, 2009)¹⁰.

Conforme esse critério o estudo do PNUMA/OTCA (2008), estima a extensão da Amazônia em 7.413.827 km², mas exclui dessa estimativa a Guiana Francesa, o que a elevaria para 7.497.827 km² (Tabela 1)¹¹. Por esse critério, em todos os países exceto em Venezuela (5,8%), a Amazônia cobre mais de 40% do território nacional, incluindo nas guianas onde todo o território é considerado amazônico, ainda que mais de 67% da área total da região pertença ao Brasil.

¹⁰ Segundo Aragón (2013, p. 45), “o caso mais claro de definição da Amazônia como área de intervenção é a concepção da Amazônia Legal brasileira, que como seu nome indica, é definida conforme a Lei. A Amazônia Legal brasileira foi definida pela Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, como área de atuação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A SPVEA surgiu como agência responsável pela execução da determinação constitucional de 1946 de aplicar 3% do PIB nacional em projetos de desenvolvimento da Amazônia. A Amazônia Legal, quando foi criada, compreendia os atuais estados de Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Acre; o estado do Maranhão oeste do meridiano 44, e os então estados de Goiás ao norte do paralelo 13 e do Mato Grosso ao norte do paralelo 16. A delimitação da Amazônia Legal foi pouco modificada ao longo dos anos. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, a totalidade do estado de Mato Grosso passou a integrar a Amazônia Legal, por meio da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977. E com a determinação da Constituição de 1988 criando o estado de Tocantins (norte de Goiás) e definindo-o como integrante da região Norte, a totalidade deste novo estado passou também a integrar a Amazônia Legal. Dessa forma, somente o estado do Maranhão encontra-se ainda parcialmente amazônico (Ribeiro, 2006)”. A Amazônia Legal é diferente da Região Norte, estabelecida pelo IBGE, que inclui somente os estados de Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Tocantins.

¹¹ Outras estimativas existem incluindo a do CDEA (1992) de 7.186.750 km² e a de Salazar Cardona e Riaño Umbarilla (2016) de 7.590.083 km².

As estimativas da superfície da Amazônia calculadas pelo PNUMA/OTCA (2008), tomaram como base informações de órgãos oficiais de cada país. Num esforço utilizando a malha territorial utilizada pelos censos demográficos de cada país, para calcular a superfície da região conforme o critério político-administrativo, o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, com apoio de pesquisadores de todos os países amazônicos, chegou a uma estimativa próxima a calculada pelo PNUMA/OTCA (2008), anexando a Guiana Francesa: 7.488.353 km², mantendo as proporções também bastante próximas (Aragón, 2013).

Tratando encontrar uma definição ampla da Grande Amazônia o estudo do PNUMA/OTCA (2008), integrando os três critérios, delimitou uma Amazônia maior (8.187.964 km²), correspondendo à maior extensão da área amazônica com base pelo menos num dos três critérios analisados acima, e uma Amazônia menor (5.147.970 km²), correspondendo à menor extensão da área amazônica considerando os três critérios simultaneamente.

Outro esforço, antes do trabalho do PNUMA/OTCA (2008), no sentido de encontrar uma definição abrangente da Amazônia, resultou de uma oficina de consulta de pesquisadores organizada pela Comissão Europeia à solicitação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), gerando um relatório editado por Hugh Eva e Otto Huber (2005). Baseados em critérios hidrográficos, ecológicos e biogeográficos, a superfície da Grande Amazônia (Amazônia *sensu latissimo*) foi calculada em 8.121.312 km², integrada por cinco sub-regiões (Eva e Huber, 2005, p. 10):

1. – *Amazônia sensu stricto*: área das bacias do Amazonas e Tocantins dominada pelo bioma de floresta Amazônica de planície (incluindo outros tipos de vegetação, florestas ou não);
2. – *Andes*: estendendo-se ao longo das vertentes orientais da Cordilheira Andina, entre a Bolívia, ao sul, e a Colômbia, ao norte, subindo dos 700 m de altitude até à linha de separação de águas;
3. – *Planalto*: localizada nas vertentes setentrionais do Escudo Brasileiro e das planícies centrais bolivianas de Santa Cruz, esta sub-região estende-se ao longo do limite sul do bioma de floresta Amazônica e dos limites mais meridionais das linhas de separação de águas do Amazonas e do Tocantins, encontrando-se ao leste com o alto Rio Mearim no Maranhão;
4. – *Guiana*: compreendendo a região da Guiana Venezuelana, partes da Amazônia Colombiana, as três Guianas e a parte norte do Estado do Amapá do Brasil, incluindo os relevos de grés e granito nas terras altas da Guiana e a zona de Llanos [savanas] ao norte de Guri;
5. – *Gurupí*: incluindo as bacias hidrográficas entre o baixo Tocantins e os rios Mearim/Pindare que desaguam no Oceano Atlântico no nordeste do estado brasileiro do Pará e no oeste do estado brasileiro do Maranhão.

Segundo o relatório de Eva e Huber (2005), o solo da Grande Região estaria ocupado por diversas paisagens com proporções diferentes conforme as sub-regiões, sendo que a Amazônia *sensu stricto*, seria a mais extensa com cerca de 69% da superfície total da região (Tabela 2). Ainda que as florestas úmidas sejam

as mais extensas (70,4%), a região apresenta também florestas tropicais secas (4,0%), florestas inundáveis (2,9%), áreas de agricultura (11,5%), pradarias e matos (10,0%), e solos cobertos com vegetação esparsa ou escassa (1,1%). Essas cifras demonstram a complexa diversidade natural da Amazônia.

Tabela 2 - Ocupação do solo das sub-regiões da Grande Amazônia

Ocupação do solo	Superfície das sub-regiões, km ²						
	Amazônia Senu Stricto	Andes	Planalto	Guiana	Gurupi	Total	%
Florestas úmidas	4.586.909	237.013	34.976	805.007	56.418	5.720.323	70,4
Florestas tropicais secas	82.282	58.966	171.263	11.305	1.819	325.635	4,0
Floresta inundável	189.983	244	2.132	37.134	5.017	234.510	2,9
Agricultura	406.995	56.593	352.728	27.129	94.025	937.470	11,5
Pradarias e matos	235.344	196.562	299.629	81.308	3.064	815.907	10,0
Solos com vegetação esparsa ou escassa	67.660	4.826	4.222	8.279	1.120	86.107	1,1
Corpos de água	-	1.360	-	-	-	1.360	0,0
Total	5.569.173	555.564	864.951	970.161	161.463	8.121.312	100,0
%	68,6	6,8	10,7	11,9	2,0	100,0	

Fonte: Eva e Huber (2005, p. 14). Com ajustes do autor.

Outro assunto tão complexo como definir regionalmente a Amazônia é estimar sua população, a qual é hoje tão diversa quanto sua natureza. Atualmente a Amazônia é ocupada por diversos tipos humanos incluindo indígenas, caboclos, afrodescendentes, colonos, ribeirinhos e residentes urbanos, entre outros.

Calcular quantas pessoas habitam a Amazônia e conhecer sua dinâmica demográfica não é tarefa fácil. É necessário contornar enormes obstáculos como a falta de dados estatísticos sistematizados e comparáveis em todos os países amazônicos, e compatibilizar os diversos conceitos da Amazônia, entre outros (Aragón, 2013). O estudo do PNUMA/OTCA (2008) estima em 38.777.600 a população total da Amazônia maior e em 11.037.260 a da Amazônia menor em 2005 enquanto a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica indica uma população total de 48 milhões para a Grande Amazônia (OTCA, 2024). Utilizando os últimos censos demográficos dos países amazônicos Aragón (2023) estima que apesar dos censos serem realizados em anos diferentes a população da Amazônia toda se aproximaria dos 38 milhões, distribuída em mais de 1.200 municípios ou áreas similares, mas que considerando a defasagem dos anos de realização do censo poder-se-ia deduzir que ela esteja ao redor dos 40 milhões, sendo ela concentrada na Amazônia brasileira, com aproximadamente 75,5% e na Amazônia peruana com aproximadamente 13,4%. E a maioria é concentrada em áreas consideradas urbanas.

AMAZÔNIA COMO MARCA GLOBAL

Com o interesse despertado pela Amazônia nos mais elevados foros mundiais, na mídia internacional, nas ONG ambientalistas, e até na arte e no cinema, devido, principalmente, ao seu relevante papel que joga na mudança climática e seus enormes estoques de recursos naturais demandados pela indústria moderna, a sua natureza vem sendo mercantilizada mais e mais (Amin, 2015; Becker, 2004). E nesse contexto a Amazônia converteu-se numa marca global de produtos e serviços que levem o rótulo “Amazônia”. A Amazônia virou no

imaginário universal uma representação simbólica “institucionalizada por parâmetros socioeconômicos e culturais publicizados em escala mundial pelo campo da comunicação” (Amaral Filho, 2008, p. 16). Nesse sentido, o vocábulo Amazônia passou, portanto, a simbolizar biodiversidade, sustentabilidade, meio ambiente, ecologia, água, oxigênio, indígenas, populações tradicionais, preservação, floresta, economia verde, energia limpa, e demais termos que a mídia e o discurso político, certo ou errado, forem capazes de construir. “A marca *Amazônia* é, portanto, outra forma de invenção da Amazônia” (Aragón, 2013, p. 51), onde, como argumenta Amaral Filho (2008), ao perceber-se a Amazônia como um símbolo passa, sem deixar de ser um objeto físico, a refletir uma nova realidade, onde à sua natureza física, incorpora-se o valor simbólico que ela representa.

A construção, ou invenção, da marca Amazônia, segundo Amaral Filho (2008), deve-se fundamentalmente à difusão do imperativo ecológico conforme princípios do ideário do desenvolvimento sustentável que advoga comportamentos voltados para a proteção e a conservação ambientais, por um lado e por outro, demanda compromissos de responsabilidade com populações tradicionais e formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Tal perspectiva gera importantes consequências para a região. Economicamente, gera lucros para empresas comprometidas ou não com a sustentabilidade que pregoam. No setor de cosméticos, por exemplo, aponta Aragón (2013), um alto executivo da SS Cosméticos, dona da marca Jequeti, declarava numa revista de alta circulação no Brasil que “A marca Amazônia é muito forte. Acredito que 80% das empresas do setor de cosméticos tentam se associar a ela de alguma forma porque remete a algo natural” (Istoé/Dinheiro, 2010). Por isso o *greenwashing* (lavagem verde) é tão comum. Isto é, produtos e serviços da marca Amazônia, por exemplo, com apelo ecológico, ainda que nada ou pouco tenham a ver com o pregado. Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos adverte sobre os cuidados que se devem tomar com as promessas da chamada economia verde como aquela capaz de resolver os problemas da pobreza e da desigualdade do mundo e assegurar a sustentabilidade ambiental, mas que pode converter-se num “cavalo de Troia invisível”, dando acesso para o capital internacional gerir os bens e serviços ambientais contribuindo pouco ou nada com o desenvolvimento regional (Mathias, 2012).

O uso da marca Amazônia pode, também, reforçar a construção ideológica da floresta amazônica como patrimônio mundial questionando a soberania dos países amazônicos sobre a região, considerando-a como “uma área internacional que deve ter um controle dos países dominantes e de suas empresas” (Amaral Filho, 2008, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços e divulgação do conhecimento da realidade amazônica e da importância que a região alcançou em nível mundial, especialmente nos debates sobre mudança climática e a abundância de recursos naturais existentes na região demandados pela economia mundial, a Amazônia ainda representa um grande desafio para alcançar seu próprio desenvolvimento e ser dona de seu próprio destino. “Somos todos amazônidas, já que o futuro da nossa espécie no planeta Terra dependerá, em boa medida, do destino que será dado à floresta,” afirmava Ignacy Sachs (2008), em conferência prévia ao Fórum Social Mundial,

realizado em Belém, em janeiro de 2009; tamanha é a importância que a Amazônia alcançou em nível mundial e a tremenda responsabilidade dos países que têm o privilégio de compartilhar a região.

Mitos vão sendo desfeitos ao confrontar a realidade, como aqueles da Amazônia “pulmão” do mundo, de território vazio, da homogeneidade regional, da fertilidade de seus solos, e outros (CDEA, 1992; Hecht e Cockburn, 2022). A Amazônia, como afirmava Armando Mendes (1974), tem características próprias, e como tal tem que se encontrar soluções próprias para resolver seus problemas, sem comprometer a soberania nacional. Em todos os países que compartilham a região, os piores índices de desenvolvimento encontram-se na Amazônia, e em todos eles, ao longo da história, a região tem sido fonte de matérias primas para alavancar a economia e desenvolvimento de outras regiões e países, esse processo precisa ser superado.

Em consequência, resta aos países [amazônicos], individualmente ou em bloco, definir suas próprias agendas e assumir seus próprios compromissos face à sociedade, conforme o ideário do desenvolvimento sustentável, sob a ameaça de ter que responder pelo agravamento da deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Nesse sentido, a Amazônia, pela importância que representa a nível global, pode ser o palco de políticas e ações, implementadas de forma soberana pelos países amazônicos, porém coordenadas, que conduzam a uma nova era civilizatória em que os direitos da natureza, da sociedade e dos homens e mulheres se fortaleçam mutuamente em prol do bem-estar de seus habitantes (Aragón, 2015, p. 28).

Eis o desafio!.

Agradecimentos

Agradecimentos à coordenação, à organização e às demais instituições e pessoal de apoio do XXVIII Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-América e I Congresso Internacional de Patrimônio e Paisagem Cultural, realizados em Salto Veloso, SC, 27-30 de maio de 2024, pelo convite e patrocínio da participação do autor onde este artigo foi apresentado; e a Albano Rita Gomes pela revisão do português.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Otacilio (2008). *Marca Amazônia: uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais*. Tese (Doutorado em desenvolvimento socioambiental). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.
- AMIN, Mario Miguel (2015). A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do Século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 107, p. 17-38.
- ARAGÓN, Luis E. (2013). *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec.

- ARAGÓN, Luis E. (2015). Desenvolvimento amazônico em questão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 107, p. 5-16.
- ARAGÓN, Luis E. (2023). A dimensão internacional da Amazônia e os novos movimentos migratórios na região: a crise venezuelana e o acordo de paz na Colômbia em foco. In: ESPINA BARRIO, Ángel; CORRÊA, Luiz Nilton; SALVADO, Pedro M. (Ed.). *Territorios, migraciones y fronteras en Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 387-403.
- BECKER, Bertha (2004). Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armado Dias (Org.). *Amazônia: terra e civilização*. Belém: Banco da Amazônia, p. 115-140.
- BERNARD, Deryck M. (2005). Observations on the status of demographic information in Guyana. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, p. 103-114.
- CARVAJAL, Gaspar de (1894). Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán del nuevo descubrimiento del famoso río grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir á la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó á su aventura por el dicho río, y por el nombre del capitán que le descubrió se llamó el Río de Orellana. In:
- TORIBIO MEDINA, José. *Descubrimiento del Río de las Amazonas según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco de Orellana y sus compañeros publicados á expensas del Excmo. Sr. Duque de T'Serclaes de Tilly, con una introducción histórica y algunas ilustraciones*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, p. 1-83. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7216>.
- CARVAL, Gaspar de (1941). Relação que escreveu Fr. Gaspar de Carvajal frade da Ordem de S. Domingos de Guzman, do novo descobrimento do famoso rio grande que descobriu por imensa ventura o Capitão Francisco de Orellana desde a sua nascente até sair no mar, com cinquenta homens que trouxe consigo e se lançou à sua aventura pelo dito rio, e pelo nome do capitão que o descobriu se chamou o Rio de Orellana. In: MELO-LEITÃO, C. de. *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: descobrimentos do Rio das Amazonas, traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 11-79. Disponível: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>
- CDEA – Commission on Development and Environment for Amazonia (1992). *Amazonia without myths*. Washington, D. C.: IDB/UNDP/ACT.
- CESCO, Andréa; BEZERRA, Mara Gonzalez (2021). Percurso tradutório em textos históricos sobre a viagem de descobrimento do rio Amazonas. *Cadernos de Tradução*, v. 41, n. esp. 1, p. 213-230.
- DOMINGUEZ, Camilo (1987). Colombia y la Pan-Amazonia. In: Universidad Nacional de Colombia. *Colombia amazónica*. Bogotá, D. E.: FEN Colombia, p. 33-54.
- EVA, Hugh; HUBER, Otto (Ed.). (2005). *Proposta para definição dos limites geográficos da Amazônia*. Luxemburgo: Comunidades Europeias.
- FAGUNDES, Hugo de Oliveira; FAN, Fernando Mainardi; PAIVA, Rodrigo Cauduro Dias de; SIQUEIRA, Vinícius Alencar; BUARQUE, Diogo Costa; KORNOWSKI, Luísa Weizenmann; LAIPELT, Leonardo; COLLISCHONN, Walter (2020). Sediment

Flows in South America Supported by Daily Hydrologic-Hydrodynamic Modeling. *Water Resources Research*, 57/2.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2001). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto.

GONDIM, Neide (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.

HAESBERT, Rogério (2007). Região e regionalização num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (Org.). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, p. 37-58.

HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexandre (2022). *O destino da floresta: desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia*. São Paulo: Editora UNESP. Tradução de Rachel Meneguello.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2008). Estudo do INPE indica que o rio Amazonas é 140 km mais extenso do que o Nilo. *Notícias INPE*, 01/07/2008. Disponível: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1501. Acesso em: 05/09/2024.

ISTOÉ/DINHEIRO (2010). Esta marca tem dono? *Istoé/Dinheiro*, 02/07/2010. Disponível: <https://istoedinheiro.com.br/esta-marca-tem-dono-3/> Acesso em: 21/08/2024.

JANSKÝ, Bohumír; ENGEL, Zbynek; KOCUM, Jan; SEFRNA, Lud Ek; CESÁK, Julius (2011). Amazon River headstream area in the Cordillera Chila, Peru: hydrographic, hydrological and glaciological conditions. *Hydrological Sciences Journal – Journal des Sciences Hydrologiques*, v. 56, n. 1, p. 138-151.

LEE, Jane J. (2014). Where does the Amazon River begin? *National Geographic News*, 15/02/2014. Disponível: <https://web.archive.org/web/20190327091707/https://news.nationalgeographic.com/news/2014/02/140213-amazon-river-length-source-maps-science/>. Acesso em: 03/09/2024.

MATHIAS, Máira (2012). Boaventura de Sousa Santos: ‘A economia verde é um cavalo de Tróia invisível’. *EcoDebate*, 27/06/2012. Disponível: <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/27/boaventura-de-sousa-santos-a-economia-verde-e-um-cavalo-de-troia-invisivel/>. Acesso em: 21/08/2024.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis I.; RANDERS, Jorgen; BEHERNS III, William W. (1972). *The limits to growth: a report for the Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books.

MELO-LEITÃO, C. de (1941). *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: descobrimentos do Rio das Amazonas, traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. Disponível: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

MENDES, Armando Dias (1974). *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA.

MMA – Ministério do Meio Ambiente (2024). *Conferências das Partes - COP*. Brasília: MMA. Disponível: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica/conferencia-das-partes.html>. Acesso em: 18/07/2024.

NITTROUER, Charles A.; DEMASTER, David J.; KUEHL, Steven A.; FIGUEIREDO, Alberto G JR.; STERNBERG, Richard W.; FARIA, L. Ercilio C.; SILVEIRA, Odete M.; ALLISON, Mead A.; KINEKE, Gail C.; OGSTON, Andrea S.; SOUZA FILHO, Pedro W. M.; ASP, Nils E.; NOWACKI, Daniel J.; FRICKE, Aaron T. (2021) Amazon sediment transport and accumulation along the continuum of mixed fluvial and marine processes. *Ann Rev Mar Sci*, 13, p. 501–536.

NOVOA, Zaniel (1997). *El origen del río Amazonas*. Lima: Universidad Católica del Perú/Centro de Investigación en Geografía Aplicada.

OLIVEIRA, Antônio Jr (2009). Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 41-77.

ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 08/07/2024.

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2024). Site: <https://otca.org/pt/a-amazonia/>. Acesso em: 20/08/2024.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2008). *Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia*. Brasília: PNUMA/OTCA.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo (2006). *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará.

ROJAS MIX, Miguel (1991). *Los cien nombres de América: eso que descubrió Colón*. Santiago de Chile: Pehuen Editores.

SACHS, Ignacy (2008). Amazônia – laboratório das biocivilizações do futuro. *Le Monde Diplomatique*, 14/11/2008. Disponível: <https://diplomatique.org.br/amazonia-laboratorio-das-biocivilizacoes-do-futuro/>. Acesso em: 21/08/2024.

SALAZAR CARDONA, Carlos Ariel; RIAÑO UMBARILLA, Elizabeth (2016). *Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana 2015*. Bogotá: Instituto SINCHI.

TORIBIO MEDINA, José (1894). *Descubrimiento del Río de las Amazonas según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco de Orellana y sus compañeros publicados á expensas del Excmo. Sr. Duque de T'Serclaes de Tilly, con una introducción histórica y algunas ilustraciones*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7216>.

WEINSTEIN, Barbara (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec.

A SOBRECULTURALIDADE E SONHOS POSSÍVEIS: RELATO SOBRE O CASO XAKRIABÁ DO IFGOIANO DO CAMPUS DE URUTAÍ-GO

*Daniel Valério Martins*¹²

*Ruan Rocha Mesquita*¹³

RESUMO: Este relato foi apresentado no XXVIII Congresso Internacional de Antropologia de Ibero América – CIAI e parte da experiência no desenvolvimento de um projeto no Instituto Federal Goiano Campus de Urutaí-Goiás, com a organização junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, do I Abril Indígena da instituição que teve o intuito de fortalecer a identidade Xakriabá dos alunos dessa etnia que se encontram matriculados no campus e a respostas desses ao fenômeno da Sobreculturalidade. Parte de uma metodologia de enfoque qualitativo de base narrativa e descritiva, além da observação de indícios do conceito de Sobreculturalidade de Martins (2016, 2021, 2023) por meio do Paradigma Indiciário de Ginzburg (1989) e da Interculturalidade Crítica pregada por Walsh (2009). O texto descreve a origem do processo de Sobreculturalidade, a questão onírica dos povos indígenas e esses fenômenos envolvendo o povo Xakriabá além de suas performances durante o evento. Como resultados pretende-se deixar reflexões acerca do acolhimento, permanência e implementação curricular na questão dos alunos indígenas.

Palavras-Chave: Sobreculturalidade; sonhos; Xakriabá; Interculturalidade.

RESUMEN: Este informe fue presentado en el XXVIII Congreso Internacional de Antropología de Iberoamérica – CIAI y forma parte de la experiencia en el desarrollo de un proyecto en el Instituto Federal Goiano Campus de Urutaí-Goiás, con la organización, junto con NEABI, del I Abril Indígena de la institución que tuvo como objetivo fortalecer la identidad Xakriabá de los estudiantes de esta etnia. colectivo que está matriculado en el campus y sus respuestas al fenómeno de la Sobreculturalidad. Se parte de una metodología cualitativa con base narrativa y descriptiva, además de la observación de evidencias del concepto de Sobreculturalidad de Martins (2016, 2021, 2023) a través del Paradigma Indiciario de Ginzburg (1989) y la Interculturalidad Crítica predicada por Walsh (2009). El texto describe el origen del proceso de Sobreculturalidad, la cuestión onírica de los pueblos indígenas y estos fenómenos que involucran al pueblo Xakriabá y sus actuaciones durante el evento. Como resultado, se pretende dejar reflexiones

¹² Pós-doutor em História Indígena pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, Pós-Doutor em Inter e Sobreculturalidade pela Universidad Intercultural Indígena de Michoacán, Doutor em Educação pela Universidade de Burgos, Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Professor no mestrado de Antropologia de Iberoamérica – MAI da Universidad de Salamanca – USAL, professor no Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade – PPGET da Faculdade Intercultural Indígena – FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e professor visitante no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino para a Educação Básica – PPGNEB do Instituto Federal Goiano – IF Goiano. E-mail para contato: jifadelino@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5153427373291259> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0777-9750>

¹³ Bacharel em Sistemas e Mídias Digitais pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Membro do Grupo Salamanca de Investigación en Antropología Indigenista y Educación Intercultural – GSIAIEI e organizador das três edições do CIELCULTT – Congresso Internacional sobre Educação, Língua, Cultura e Territórios, desenvolvidos durante o mês de abril dos anos de 2021, 2022 e 2023 na Universidade Federal da Grande Dourados e Instituto Federal Goiano.

sobre la acogida, permanencia e implementación curricular en la temática de los estudiantes indígenas.

Palabras llave: Sobreculturalidad; Sueños; Xakriabá; Interculturalidad.

ABSTRACT: This report was presented at the XXVIII International Congress of Anthropology of Ibero-America – CIAI and is part of the experience in the development of a project at the Instituto Federal Goiano Campus Urutaí-Goiás, with the organization together with the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies - NEABI, of the institution's I Abril Indígena, which aimed to strengthen the identity Xakriabá of students of this ethnicity who are enrolled on campus and their responses to the phenomenon of Overculturality. It starts from a methodology with a qualitative focus on a narrative and descriptive basis, in addition to observing signs of the concept of Overculturality by Martins (2016, 2021, 2023) through Ginzburg's Indicative Paradigm (1989) and Critical Interculturality preached by Walsh (2009). The text describes the origin of the Overculturality process, the dreamlike issue of indigenous peoples and these phenomena involving the Xakriabá people in addition to their performances during the event. As results, we intend to leave reflections on reception, permanence and curricular implementation in the issue of indigenous students.

Keywords: Overculturality; Dreams; Xakriabá; Interculturality.

ORIGEM DO PROCESSO DE SOBRECULTURALIDADE

O processo de Sobreculturalidade surgiu em 2015 em uma tese doutoral no Programa de Ciências Sociais na linha de Antropologia da Universidade de Salamanca na Espanha, por meio de pesquisas realizadas com povos indígenas do Brasil, México e Bolívia versa sobre a visão em uma única ótica, a junção de conceitos relativos ao contato cultural entre culturas distintas.

A ideia de Sobreculturalidade mostra os conceitos de Intra, Multi, Inter e Transculturalidade como fases de um processo de sobrevivência cultural onde um indivíduo nesse processo precisa conhecer sua bagagem cultural, através da autoaceitação e autorreconhecimento, conhecer e respeitar as diversidades culturais e a multiculturalidade dos espaços geográficos que fazem parte, interagir com essas culturas em contato e dialogar (MARTINS, 2016).

Como resultado desses encontros, choques, interação e diálogos surgem transculturas, ou seja, culturas transformadas na maneira de ver a si mesmas e as demais. Surgem cidadãos do mundo, conhecedores e respeitadores das várias realidades e modos de vida, pessoas capazes de viver em qualquer contexto a que se proponham (MARTINS, 2016).

Durante anos, enquanto pesquisador, um dos autores deste texto vem desenvolvendo e trabalhando a aplicação prática do conceito de Sobreculturalidade e mostrando que pessoas de comunidades indígenas remotas podem somar às suas culturas à cultura da academia, da ciência não-indígena à ciência indígena, e assim criar transculturas e gerar a sobrevivência da cultura indígena, mesmo que para isso utilize elementos de culturas que não pertençam a esses povos. E assim esses povos indígenas o vêm fazendo (MARTINS, 2021; 2023).

Vale salientar que o conceito de Sobreculturalidade surgiu como peças de um quebra-cabeças por meio de um sonho que buscava estabelecer uma ligação entre os conceitos apresentados anteriormente na tentativa de entender os

processos ocorridos em universidades e projetos indígenas nos países mencionados, nos trabalhos de campo da pesquisa doutoral que culminou com a elaboração conceitual.

O que acontece é que poucos indígenas e em sua maioria um indígena de cada comunidade, muitas vezes incentivadas pelo próprio autor deste conceito, entram em cursos de graduação e pós-graduação, as vezes por meio das cotas ou até mesmo por ampla concorrência. O que observamos no caso Xakriabá do IF Goiano do campus de Urutaí, é que este mostra uma particularidade entre as instituições não-indígenas que recebem indígenas em seu alunado. São muitos os que chegam, muitos os que permanecem e são muitos os que concluem e concluirão, ou seja, grupos são formados previamente na própria comunidade indígena e seguem juntos para a empreitada dos estudos na instituição.

OS SONHOS

Segundo Bispo (2010) com base em estudos etnográficos do francês Joseph-François Lafitau (1681-1746), em seus estudos sobre indígenas no Canadá expõe que

Os indígenas acreditavam que a sua felicidade dependeria do sonhado. Quando viam essa imagem, precisariam dela participar a todo custo. Mesmo que se sentissem felizes, viam essa visão como algo tão sagrado que a ela seguiam. Aqueles que, devido ao sonhado, tinham a sua vida assim vinculava a um objeto sem vida, seriam menos dignos de pena do que aqueles que tinham que cumprir o sonhado no destino de alguns animais. Quando esses morrem, também precisavam seguir essa destinação. Acreditavam tanto no que haviam sonhado que tinham então pouco tempo de vida, pois cumpriam o oráculo de sua fantasia, morrendo de fato (BISPO, 2010, n. p.).

De acordo com o pesquisador, se não fosse dado a alma o que desejava, ela procuraria a sua satisfação não apenas naquele que sonhara, mas em toda a sua gente. Dessa forma, procuravam não negar nada para satisfazer o sonho de um de seus membros, estando dispostos a tudo sacrificar.

De acordo com as pesquisas da antropóloga Hanna Limulja e dos autores David Kopenawa e Bruce Albert:

Kopenawa deixa bastante claro em seus relatos que o sonho é por excelência a forma de aprender dos xamãs yanomami. É a sua escola. É a porta que os Yanomami abrem para a alteridade, o desconhecido, o distante. É através dessa abertura que eles conhecem o mundo ao seu redor, e dessa forma seu pensamento consegue se expandir. Enquanto os *napẽ pẽ* têm lápis e papel, os Yanomami têm seus sonhos, diz Kopenawa.

Pelos sonhos, os Yanomami conhecem lugares em que nunca estiveram. Antes de ir para outros países, Kopenawa diz que já os havia visitado em sonhos [...] (KOPENAWA; ALBERT, 2015 *apud* LIMULJA, 2022, p. 51).